**MODELO Nº 7**

**NOTIFICAÇÃO DA UNIÃO OU DO ESTADO**

**MODELO Nº 7**

**NOTIFICAÇÃO DA UNIÃO OU DO ESTADO**

**OBSERVAÇÕES:**

**Modelo dirigido à União ou ao Estado, quando estes forem os titulares de domínio do núcleo. O problema é que quando eles não respondem a notificação ou não há um acordo, não será possível dar solução a questão da titulação dos ocupantes, pois o Município não pode dispor dos bens que pertencem a outros entes federativos. Ademais, o artigo 23, §4º, estabeleceu que a “legitimação fundiária” sobre bem público somente pode ser outorgada pelo respectivo titular de domínio público (União, Estado, Distrito Federal ou Município).**

**Geralmente o terreno público federal ou estadual ocupado é resultado de invasões clandestinas. Entretanto, o terreno público da União ou do Estado pode estar ocupado irregularmente em razão de um parcelamento do solo implantado por um desses entes federativos, que da mesma forma que o loteador particular é responsável pelo custeio da Reurb, o loteador público, que deu causa ao núcleo informal, também é responsável pelo custeio. Por isso, pode ser que o Município notifique a União ou o Estado por duas razões: a) para anuência com a Reurb e compromisso de posterior outorga das legitimações fundiárias ou outros institutos jurídicos admitidos; b) para execução da infraestrutura e equipamentos em cumprimento à legislação urbanística.**

**NOTIFICAÇÃO**

Ilustríssimo Senhor:

O **MUNICÍPIO DE ...........................**, na forma do artigo 31, § 1°, da Lei Federal n° 13.465/2017, através da Secretaria Municipal de Habitação, neste ato representada pelo seu titular....................................., vem por meio da presente **NOTIFICAR** o (**UNIÃO** ou **ESTADO)** **para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos**, contados da data do recebimento desta Notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, previsto na Lei nº 13.465/2017, que foi instaurado por decisão do Excelentíssimo Senhor Prefeito, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado.............................. e localizado na.........................................................

Conforme consta dos autos do processo administrativo nº ......... (a União ou o Estado) é notificado na qualidade de titular do imóvel onde está inserido o “núcleo urbano informal consolidado”, para que seja definida a responsabilidade pelo custeio da regularização urbana e implantação das obras de infraestrutura essencial, bem como a titulação dos ocupantes através de “legitimação fundiária”, doação, venda direta, concessão de direito real de uso ou concessão de uso para fins de moradia, dando uma solução definitiva a situação de irregularidade e assegurando moradia e dignidade na vida das pessoas que ali vivem, nos termos do artigo 23, §4º, da Lei nº 13.465/2017.

A impugnação deverá ser devidamente motivada e deverá ser apresentada na Secretaria Municipal de Habitação.

Reserva-se a Administração o direito de pleitear judicialmente em face dos eventuais responsáveis pela implantação do “núcleo urbano informal consolidado” indenizações pelas despesas com a regularização, conforme artigo 14, §2º, da Lei nº 13.465/2017.

Cidade de ..................., 20 de fevereiro de 2025.

**Secretário Municipal de Habitação**